



OS MODOS DE LUTA DO MOVIMENTO INDÍGENA NORTE-AMERICANO *MURDERED AND MISSING INDIGENOUS WOMEN*

Ilka de Oliveira Mota¹

Dentre os vários povos suscetíveis à exploração e dominação pela sociedade capitalista neoliberal, estão os povos indígenas. Sensíveis a essa realidade histórica, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico, como a Antropologia, História, Sociologia, entre outras, têm lançado luz a essa população, procurando compreender o seu contexto socioeconômico, as formas históricas de opressão e exploração, a dinâmica das relações antagônicas que estão em sua base, entre outros.

A presente pesquisa traz uma análise discursiva de enunciados que têm circulado nas manifestações anuais do movimento *Murdered and Missing Indigenous Women* (doravante MMIW). Da perspectiva materialista do discurso, o objetivo é compreender os sentidos de luta do povo indígena da América do Norte produzidos no interior desse movimento, a partir de dois enunciados que têm circulado com regularidade nas manifestações anuais.

Historicamente o processo de formação da América do Norte foi marcado por uma luta sangrenta perpetrada por colonizadores contra os povos indígenas. Em todo o mundo, assistimos ao massacre dos povos indígenas pelas forças coloniais imperialistas (Stannard, 1992). Entretanto, tais lutas não tiveram “direito à história”, como assinala o historiador Febvre (1985), sendo consideradas uma consequência natural do confronto entre duas culturas: a indígena, significada como primitiva e/ou selvagem, e a europeia, considerada superior.

Para Sola (1996), a população indígena tem passado por um processo intenso de desconfiguração e descaracterização pelas práticas e métodos de desenvolvimento e dominação da sociedade colonial e, posteriormente, capitalista. Em sua análise, o autor mostra o confronto entre colonizadores e indígenas e a política indigenista dos governos da América do Norte, bem como os gestos de resistência dessa população contra as violências sofridas. Atualmente a exploração e dominação se dão de outros modos e são geradas dentro do e pelo sistema capitalista neoliberal que tem reduzido a população indígena à coisificação.

Após um longo processo de colonização, que se deu, entre outras coisas, por meio da subjugação, dizimação e expulsão dos índios de suas terras, levando-os a um deslocamento forçado², surge, no horizonte, o liberalismo, com a promessa de instalação de um regime de igualdade para todos, incluindo aí os indígenas. No entanto, como a história tem mostrado, não foi isso que aconteceu; a exploração colonial continuou e continua até hoje sob diferentes facetas; desta vez pelo sistema econômico capitalista. Os

¹ Mestrado em Linguística, doutorado em Linguística Aplicada e pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Recentemente concluiu o pós-doutorado em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso, sob a supervisão da professora Dra. Joelma Bressanin. É professora da Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino, e colaboradora no Programa de Pós-graduação em Linguística da UNEMAT.

² Consideramos os indígenas sujeito deslocados historicamente.



Estados Unidos da América e o Canadá, onde vive uma parte significativa da população indígena, são Estados burgueses, que, como tal, apresentam sistema, ideologia e legislações burguesas.

Já em fins do século XX, como reação a essa opressão histórica, foi criado um movimento de massa reivindicatório reconhecido internacionalmente, denominado *Missing and Murdered Indigenous Women*.

Esse movimento surgiu no Canadá e se disseminou pelos Estados Unidos da América, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o vínculo entre tráfico, assédio e violência sexuais e as mulheres indígenas, tanto vítimas de desaparecimento forçado quanto assassinadas (Hill, Anderson, King, 2022). A data de todo 5 de maio foi institucionalizada pelos ativistas do movimento como um modo de mobilizar a sociedade para a violência pela qual a população indígena tem sofrido.

Do interior desse movimento surgiram outros movimentos com menor visibilidade, são eles: *Murdered and Missing Indigenous Girls*; *Murdered and Missing Indigenous Two Spirits LGBTQI+people*; *Murdered and Missing Indigenous Men* e, por fim, *Murdered and Missing Indigenous Boys*.

Materialmente, tal desdobramento se dá a partir da lógica do gênero, ou seja, há uma subdivisão hierárquica atravessando a luta do povo indígena, a partir da qual o gênero feminino comparece com maior importância em relação aos demais. Isto é, a resistência (a luta) do povo indígena é construída a partir de uma divisão em gêneros.

Essa luta fragmentada em gêneros está relacionada com o funcionamento da sociedade capitalista contemporânea e seus sentidos, resultando no fracionamento da coletividade. Nela foca-se na dispersão, no indivíduo e em sua fragmentação em grupos menores. Do ponto de vista material, a fragmentação da coletividade, quando dissociada da totalidade, atomiza a luta, pulverizando-a. Como resultado, perde-se a compreensão histórica da totalidade social concreta (Marx, 2005; Lukács, 1979) da qual a mulher indígena faz parte constitutiva. Noutros termos, trata-se de um erro de princípio separar a luta da mulher indígena da totalidade social concreta, isto é, do povo indígena em sua totalidade. Daí o nosso questionamento: a quem interessam a fragmentação da luta e a dispersão do povo? É preciso levantar em consideração que “O Estado capitalista é o Estado da divisão: sujeito dividido em si, sujeitos divididos entre si” (Orlandi, 2022, p. 139).

A noção de totalidade de Marx (2005) vem ao encontro de nossa reflexão. Ela refere-se à ideia de que a realidade histórica social deve ser compreendida como um todo integrado. Marx a mobiliza para entender como diferentes aspectos da sociedade (economia, política, cultura etc.) estão interligados e formam uma rede que determina as condições de existência da sociedade.

Dos diversos enunciados verbais que circulam durante as manifestações do MMIW, que funcionando como palavras de ordem, selecionamos 2 deles, a saber: (1) *Am I next?* e (2) *We're still here*.

O enunciado 1 *Am I next?* traz em seu bojo uma elipse, que pode ser interpretada da seguinte forma: “Sou a próxima a ser assassinada/roubada?”

Caracterizada pela falta, a elipse demanda que o interlocutor, no movimento de leitura, retome, na memória, o sentido silenciado. O que a elipse silencia é a violência: assassinato e/ou roubo, isto é, o destino incerto da mulher.



Ao fazer a pergunta na primeira pessoa do singular *Am I next?*, o enunciador (sujeito-mulher-indígena) torna-a polifônica (Anscombre e Ducrot (1981), na medida em que é aberta a possibilidade de duas respostas, relativas a duas orientações argumentativas diferentes:

(a) Yes, you are next. (b) No, you're not next.

Enquanto em (a) há um gesto de resignação ao processo histórico de massacre dos povos indígenas, em (b), por sua vez, tal realidade é negada, posição discursiva essa que questiona a resignação em (a) e desafia o poder colonial imperialista estabelecido.

Outro enunciado que merece nossa atenção analítica é “We’re still here”, que comparece regularmente nas manifestações do movimento indígena e que também é elíptico.

“Still”, *ainda* em português, é um advérbio de tempo na formulação “We’re still here”. Discursivamente, é um enunciado com efeito de resistência resignada, indicando que a qualquer hora ‘poderá não estar mais aqui’. É notável o apagamento da razão ou razões para tal, isto é, para a possível ausência vindoura das indígenas. A situação representada dessas mulheres localiza-se em um intervalo de tempo indeterminado: *a qualquer hora podem não mais estar*. Não questiona a situação, ratifica-a.

O estado temporário situa-se algures num momento anterior e prolonga-se até o momento da enunciação. Isto é, embora neguem, as mulheres estão sujeitas à capitulação em algum momento indeterminado.

Embora seja um enunciado de aparente resistência, ele não fornece informação precisa/explicita sobre a continuação do estado em intervalos de tempo posteriores à enunciação. Além disso, o advérbio de tempo “still” co-ocorre com um advérbio de lugar “here” (aqui), mantendo o valor imperfectivo e corroborando a ideia de indeterminação temporal.

Ademais, *ainda* sugere uma mudança possível de um estado *p* para um estado *não-p*, ou seja, *ainda* supõe uma mudança de estado por consumir.

Neste trabalho, o silêncio é compreendido como injunção: ele atravessa as palavras, indicando que o sentido pode ser sempre outro (Orlandi, 1997). Por meio do silêncio, reconhece-se que, para dizer, é preciso não dizer.

Considerando as condições de produção do enunciado “We’re still here!”, observamos o funcionamento de uma elipse: *Não fui assassinada nem roubada ainda!* (I haven't been murdered or stolen yet). Como é possível observar, silencia-se um sentido importante: o fato de os assassinatos/roubos não terem sido levados a cabo ainda, pelo menos até o momento da enunciação.

Compreendemos que a elipse, que tem como propriedade a falta, remete ao não-dito, isto é, àquilo que é posto em silêncio. Neste sentido, ela configura um lugar do possível, cuja produção de sentidos está submetida a determinadas condições de produção sócio-históricas de significação.

O liberalismo, ideologia que domina a política econômica dos Estados Unidos e de todo o Ocidente e sustenta o regime capitalista neoliberal do mundo atual, defende a igualdade de direitos e deveres, mas, contraditoriamente, a igualdade real não existe. Esse problema não é abordado nas manifestações do movimento MMIW, isto é, não aparecem na luta das ideias promovida pelas mulheres indígenas da América do Norte.



A luta do movimento MMIW e seus pontos cegos

Há pelos menos dois silenciamentos atravessando o modo de constituição da luta no contexto do movimento MMIW e que se materializam nos enunciados que circulam nas manifestações que acontecem anualmente no Canadá e nos EUA.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que, ao mesmo tempo em que o movimento denuncia o silenciamento das mulheres indígenas, ele silencia (exclui) a existência de outros indígenas que sofrem igualmente a violência da qual elas são vítimas e a qual denunciam. Ou seja, fica silenciado o fato de que os homens, só para citar um exemplo, também são vítimas da violência, seja assassinato, seja desaparecimento forçado. Portanto, trata-se de um discurso que silencia o resto do povo do qual as mulheres indígenas fazem parte.

Defendemos que o ataque é a todo o povo indígena, até porque as mulheres fazem parte desse povo. Noutros termos, se as mulheres indígenas são objeto de um massacre (genocídio?) significa que todo o povo indígena é afetado.

Do ponto de vista materialista, essa fragmentação do povo indígena tem íntima relação com o funcionamento da sociedade capitalista contemporânea. Nela o foco está no indivíduo, isto é, na fragmentação e dispersão de todo um povo em grupos (subgrupos) menores. Trata-se da emergência do capitalismo em seu máximo grau, dando marcha não só a um novo modo de acumulação, mas também à dispersão e fragmentação na esfera produtiva e subjetiva. O elogio da diferença, aspecto basilar do discurso da pós-modernidade, dá vazão ao individualismo, que constitui a tônica de um mundo que prima pela esfera privada, dificultando a transformação e justiça social e, fundamentalmente, a compreensão da dimensão histórica da luta.

Para Laureano e Peixoto Jr. (2014, p. 6), o efeito dessa conjuntura pós-moderna, que celebra as individualidades, a fragmentação e a dispersão do sujeito, consiste “[n]a esquizofrenização do laço social, já que o universal do mercado, operando através da fragmentação e da dispersão celebradas pela ideologia, frustra qualquer tipo de sentido coletivo, de laço social estável que poderia fazer frente à globalização capitalista.” A subjetividade que está na base do discurso da pós-modernidade intensifica a lógica do capitalismo, que, segundo o materialista Fredric Jameson (1991, p.112), é “dispersiva e atomística, individualística, uma antissociedade mais do que uma sociedade”.

Segundo Orlandi (2014, p. 29), os discursos das minorias constituem o processo da mundialização e são constituídos por ele:

Faz parte dos discursos, que se pretendem engajados nas questões sociais, pronunciarem-se sobre igualdade, diferença, culturas, minorias. Eu colocaria todas estas manifestações discursivas, contemporaneamente, na relação com o que se pode chamar o processo discursivo da mundialização, de que são parte.

No âmbito geral, o liberalismo continua dominando; os discursos das minorias cumprem a função de lugares de fala dos “excluídos”, cada um exhibe sua identidade única e irredutível, mas todos acomodados dentro do todo da sociedade capitalista. Em síntese, a ‘inclusão’ se dá dentro da ordem vigente burguesa, o mesmo sistema econômico que produz a exclusão.



O segundo silenciamento está relacionado à forma da denúncia, isto é, o modo como a denúncia e a reivindicação (ao reconhecimento) são materializadas no intradiscurso. Considerando o corpus na íntegra - constituído de vários enunciados -, há apenas a denúncia dos efeitos, enquanto as causas, que são históricas, estão silenciadas.

Não há nada que caracterize o conflito: quem é o inimigo que atua nesse genocídio do povo indígena? Por que a violência contra ele? Por que são roubados e assassinados? Quem são seus algozes? O que está funcionando aí é justamente a censura: ela atinge em cheio o movimento, enfraquecendo a luta.

É sintomático o fato de os problemas enfrentados pelo povo indígena, que são, em sua maioria, motivadores de violência – como é o caso do transporte público deficiente (Hill; Anderson; King, 2022; Tripotin, 2019), só para citar um exemplo –, não serem mencionados pelo movimento. É preciso considerar que tais problemas são produzidos na e pela sociedade capitalista e não só pela misoginia ou hostilidade do dito homem branco, tal como é reforçado pelo discurso identitarista.

A luta por reconhecimento, autonomizada das lutas de classes, tende a tornar-se mera inserção na sociedade capitalista, ou seja, ela representa uma demanda e um objetivo meramente *inclusivistas* (Montaño, 2021, p. 202). De nossa parte, a luta teria que vincular os sintomas às suas causas, mas isso demandaria o rompimento com a FD a qual o movimento está filiado ideologicamente e com sua forma-sujeito respectivamente.

As palavras “silence”, “violence”, “stolen”, “missing”, regulares nos enunciados reivindicatórios do movimento, silenciam a existência do genocídio³. Trata-se do que Orlandi (1997, p. 71) chamou de *política do silêncio*: “o silêncio não está apenas entre as palavras. Ele as atravessa.”. Noutro trecho, a autora afirma: “[...] o que ela [a censura] procura impedir é justamente que haja elaboração histórica dos sentidos e movimento no trabalho de identificação dos sujeitos” (Orlandi, 1997, p. 129). Por isso, diz “violence” ou “stolen” para não dizer “genocide”, o que resultaria, nessa última formulação, num recorte diferente na memória.

Embora haja um aparente tom “transgressor” nos enunciados, há interdições que dizem muito sobre a posição-sujeito e a FD com a qual se dá a identificação. Tal silenciamento atua em prol do esvaziamento do social e do político como fatores estruturantes da luta desse povo.

Assim, o modo de funcionamento dos enunciados (tanto as palavras de ordem do movimento, bem como a fragmentação da luta em gêneros) apaga da luta do povo indígena a sua condição de classe e sua vinculação com as demandas por distribuição de riqueza, fazendo da luta (luta por “reconhecimento”) uma demanda autônoma, no máximo, identitária, dissociada da questão da exploração e distribuição da riqueza e fora da totalidade concreta social, transformando ainda essas demandas de *meios* em *fins* da ação reivindicatória.

³ Em virtude do espaço concedido, não foi possível trazer mais enunciados que circulam nas manifestações do movimento MMIW.



Os enunciados que fazem parte do corpus exibem o equívoco doloroso em que o povo indígena vive, evidenciando bem o conflito que é estar hoje “aqui” – *We are still here!* – e não saber até quando – *Am I next?*

Assombrado pela incerteza de estar/não estar mais, o povo indígena norte-americano vive buscando sentido, reforçando sua significância para uma sociedade em que está condenado ao desaparecimento: “*We’re going missing*”. Esta tem sido a sua realidade: sem lugar definido e seguro na sociedade e na história da América do Norte.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, J.C ; DUCROT, O. Interrogation et argumentation. **La langue française**, n. 52, 1981. L’interrogation, sous la direction de Michael Meyer. p. 5-22. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1981_num_52_1_5103 . Acesso em: 1 set. 2025.
- FEBVRE, L. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HILL, M.; ANDERSON, M. B.; KING, I. Human trafficking as a racialized economy and the exploitation of indigenous socio-spatial (im)mobility in North America. **Front, Sustain, Cities**, v. 4, 2022.
- JAMESON, F. **Modernidade singular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LAUREANO, P. S.; PEIXOTO JR., C. A. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. **Psicologia & Sociedade**, v 26, n. 1, p. 2-11, 2014.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Carlos: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MONTAÑO, C. “**Identidade**” e **classe social**. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2021.
- ORLANDI, E. P. Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. **RUA**, v. 28, n. 2, p. 339-351, nov. 2022.
- ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, E. P. (org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: Univás, Campinas, SP: RG Editores, 2014. p. 29-38.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. Eni P. Orlandi *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- SOLA, J. A. **Os índios norte-americanos**: cinco séculos de luta e opressão. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- STANNARD, D. E. **American Holocaust**. The conquest of the New World. New York: Oxford University Press, 1992.
- TRIPOTIN, E. **Missing and murdered indigenous women**: culture as a tool of denounce. Université Grenoble Alpes; Institut d’études politiques. 2019.